

O SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB): UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA E CORRELACIONAL DO PROGRAMA

Bruno Teles Nunes

Universidade Católica de Brasília – Prog. Pós-Graduação em Educação

brunonunes@ymail.com

Resumo: O presente estudo lança um olhar sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a política pública para formação de professores destinado ao ensino básico, analisando o perfil da distribuição das vagas dos cursos nas unidades da federação, buscando com isso, monitorar o andamento - eficácia/eficiência - das ações do Sistema. Do Sistema de Gestão da UAB (SisUAB) foram retirados os dados, e a estes, juntamente com os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada estado, foi aplicado o Coeficiente de Correlação Linear de *Pearson*. Os resultados encontrados mostram que a política pública, representada pelo Sistema UAB, é eficaz contudo sua eficiência pode ser questionada.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Sistema UAB; Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

Uma das etapas do desenvolvimento de um país é o investimento na formação de seu capital humano. Para que isso ocorra de forma universal, faz-se necessária uma infraestrutura educacional consolidada e de qualidade, que inclui, fortemente, a preparação do professor. O êxito dos processos educacionais de um país depende da atuação do Estado, com seu papel fundamental de promover políticas públicas.

Garantir educação para todos em um país de dimensões continentais e com uma população que supera os 180 milhões de pessoas é um grande desafio, e mais ainda, no caso

de uma nação que possui problemas históricos de desigualdades regionais. Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Distrito Federal, respectivamente, nos quesitos Geral, Educação e Renda, mede 0,874, 0,962, 0,824, temos o estado de Alagoas com o mesmo índice medindo, respectivamente, 0,677, 0,759 e 0,589 (PNUD, 2012).

Quando verificamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a realidade não muda. As notas, como um todo, não são atrativas. Além do mais, verificam-se divergências significativas entre os estados, enquanto que o IDEB 2011 médio do estado de Santa Catarina é 5,00, Alagoas apresenta um índice médio de 3,20.

O número de professores leigos (aqueles que não possuem a formação inicial ou continuada adequada às suas atividades profissionais) no país chega a mais de 150 mil, o que comprova a incapacidade do Estado de responder aos desafios contemporâneos oferecendo educação e, principalmente, educação de qualidade à população brasileira. As universidades públicas, espaço adequado para a capacitação dos professores da rede de ensino público, localizam-se em geral nas capitais ou em regiões ricas economicamente e com infraestrutura mais desenvolvida (GARRIDO; SILVA, 2006, p. 175).

Nesse contexto educacional problemático, onde há necessidade de democratização do acesso a educação de qualidade surge a Educação a Distância (EaD), que traz no seu arcabouço metodológico as inovações tecnológicas, com destaque para as tecnologias de comunicação, especialmente baseadas na Internet. Atualmente, no Brasil, a política pública que bem representa esse contexto é o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Criado pelo Ministério da Educação em 2005, objetiva, prioritariamente, formar professores para a educação básica e expandir a oferta de educação pública de nível superior (CAPES, 2012).

Prezando pela melhoria constante, a execução de toda política pública precisa ser monitorada, buscando com isso garantir tanto sua eficácia quanto eficiência. O Sistema UAB existe desde 2006, carecendo assim, de iniciativas, mesmo que embrionárias, de monitoramento das ações até então desenvolvidas. Este fato, e a necessidade de se incentivar a utilização de métodos quantitativos nos estudos acerca do grande tema “políticas públicas para desenvolvimento da educação”, motivaram o trabalho em questão.

Os objetivos deste trabalho são: 1) analisar o perfil da oferta de vagas, oriundas do Sistema UAB, nas unidades da federação; e 2) identificar, utilizando ferramental estatístico - especificamente o Coeficiente de Correlação Linear de *Pearson* - a eficácia/eficiência da política pública, tentando confirmar a hipótese de que existe uma correlação estatística expressiva entre a alocação de vagas destinadas a formação (inicial e ou continuada) de professores e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

POLÍTICA PÚBLICA, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E ÍNDICES: CONCEITOS E MARCOS LEGAIS

Inicialmente, é necessário que seja estabelecido o conceito essencial da palavra **política**. E o grifo é fundamental, pois, como em português não é possível fazer distinções apenas lendo a palavra de forma isolada, recorreu-se a Di Giovanni (2009, p. 8):

[...] diferentemente do que ocorre com as línguas latinas, e mesmo com a língua alemã, a língua inglesa faz uma distinção entre *politics*, quando se referem à política, no sentido relativo aos fenômenos do poder (representação política, partidos, eleições, conflitos relativos ao poder, entre outros), e *policy* (ou *policies*), para referirem-se adoção de formas de ação, linhas de atuação, que dizem muito mais a condutas eletivas para solução de problemas, que beiram muito mais o campo da administração do que do campo que nós – latinos – entendemos por “político”.

Para Easton (1953, apud DAGNINO, 2002), uma política pública (*policy*) é uma teia de decisões que alocam valor. Mais especificamente, Jenkins (1978 apud DAGNINO, 2002) entende política como um conjunto de decisões inter-relacionadas, concernindo à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma seleção especificada.

Com uma perspectiva mais operacional, temos Saravia (2006, p.29) definindo política pública como:

[...] um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Com base nas definições colocadas acima, neste estudo, a expressão “política pública” não deve ser interpretada como algo envolvendo relações de poder e sim um conjunto de ações, diretas ou indiretas, destinadas a solucionar ou amenizar um problema detectado junto à sociedade.

Atualmente, não é mais possível desatrelar as atividades humanas rotineiras das ferramentas tecnológicas existentes. O processo iniciou-se com a máquina de calcular no século XVII e avançou nos séculos XIX e XX com o advento do telefone, do telex, do fax, do computador e, por fim, talvez a mais revolucionária, a Internet. Essas ferramentas, basicamente, são utilizadas para facilitar a execução de tarefas ou os processos de comunicação entre os indivíduos.

Em sua obra que aborda a dinâmica econômica e social da nova era da informação, Castells (2000), comentando sobre a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, diz que a informação é parte integral de toda a atividade humana, envolvendo todos os processos

da existência individual e coletiva são diretamente moldados, embora, com certeza, não determinados, segundo ele, pelo novo meio tecnológico.

Sobre o trinômio tecnologia/cotidiano/educação, Rosini entende que podemos admitir que a tecnologia tem feito parte do cotidiano das sociedades, bem como a educação sempre fez, formando e alterando o perfil destas de acordo com época vivida. Contemporaneamente, não podemos pensar em educação sem pensar em tecnologia. Dentro destas concepções, o autor diz que devemos reconhecer que o papel da educação a distância em uma sociedade é de extrema importância, principalmente em países com dimensões continentais como o Brasil. Fala ainda que, fazendo uso dos tipos de tecnologias contemporâneas às épocas e dá exemplo dos folhetins do século passado, pelos quais pessoas letradas ofereciam cursos a distância a quem quisesse aprender. Seguindo sua própria tradição, a educação a distância moderna faz uso das diversas formas de tecnologia de comunicação disponíveis: material escrito por correspondência, telefone, fax, internet e videoconferências, sendo que as duas últimas têm tomado presença cada vez mais marcante em cursos a distância (ROSINI, 2004, p. 18).

Quando abordamos o tema educação pública gratuita o Estado tem um papel fundamental, não só de regulador, mas também de promotor. No Brasil, o acesso à educação superior é garantido pela Constituição da República de 1988, como reza, o Inciso V do Artigo nº 208. Nesse contexto podemos incluir também a educação a distância, já que esta é uma forma de propagar o conhecimento. Esse dispositivo legal traz, em sua essência, princípio para a garantia de equidade social, desenvolvimento humano e soberania nacional. Com efeito, “o projeto de construção de uma nação fraterna, justa e solidária está fortemente vinculado ao domínio produtivo do conhecimento e à extensão de seus benefícios à população, no qual a educação superior conforma-se como estratégia basilar para o desenvolvimento nacional sustentável” (MOTA; CHAVES FILHO; CASSINO, 2006, p. 15).

Sobre o papel da educação a distância, Aretio (1994, *apud* ROSINI, 2004, p. 19) destaca:

[...] como principais objetivos da educação a distância a oferta da educação para todos, possibilitando atendimento aos alunos dispersos geograficamente e residentes em locais onde não existam instituições convencionais de ensino, igualdade de oportunidades educativas, de modo especial para as pessoas que não puderam iniciar ou concluir seus estudos, permanência dos alunos no seu meio cultural e natural, evitando êxodos que incidem negativamente no desenvolvimento regional, propiciando uma aprendizagem autônoma e ligada à experiência fora do contexto da sala de aula, permitindo aos alunos a aquisição de atitudes, interesses e valores que lhes propiciem mecanismos indispensáveis para se autodeterminarem levando-os à conscientização da importância da aprendizagem permanente, relacionada às experiências dos alunos, às suas vidas profissionais e sociais, sem afastamento de seus locais de trabalho.

Para Gomes, a educação superior a distância no Brasil começou a tomar corpo em 1995 com a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED). A segunda Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/1996 – Artigo nº 80, finalmente foi responsável por um novo status a EaD, antes clandestina ou excepcional (GOMES, 2009). Adicionalmente, segundo Almeida e Costa (2009), a supracitada Lei desencadeou o processo de reconhecimento da educação a distância no Brasil e passou a exigir uma definição de políticas públicas e estratégias para sua implementação e consolidação no interior das Instituições de Ensino Superior (IES).

Sobre a formação de professores nesse contexto de inovações tecnológicas, Belloni (2002), ainda destaca a necessária redefinição da formação de professores na perspectiva de uma formação profissional mais adequada às mudanças globais da sociedade contemporânea.

Detectando as dificuldades da educação no Brasil, Belloni (2002) coloca que a formação inicial de professores deve preparar-se para a chegada da inovação tecnológica: a formação dos formadores no ensino superior será talvez o maior desafio a ser enfrentado pelos sistemas educacionais, sendo por outro lado a condição necessária, embora não suficiente, para qualquer transformação da educação em todos os níveis.

No censo escolar de 2000, conforme Neder (2006, p. 79), havia no Brasil:

- 1.044.025 professores trabalhando nas séries iniciais do ensino fundamental. Destes, somente 213.142 possuem formação em nível superior, restando um contingente de 830.883 professores a serem formados para atuarem nesse grau de ensino;
- 817,038 professores trabalhando nas séries finais do ensino fundamental. Desses apenas 583.592 possuem formação em nível superior, restando 233.446 a serem formados para esse grau de ensino;
- 428.331 professores do ensino médio. Desses, 386.899 com curso superior, restando ainda, para se qualificarem, 51.432.

Os dados citados acima, entre outros, chamaram a atenção do Estado, que viu a necessidade de confeccionar políticas públicas para atuarem junto ao problema. Em 2001, a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), este no seu Capítulo 06 – Educação a Distância e Tecnologias Educacionais preconiza que:

[...] no processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. O Ministério da Educação, nesse setor, tem dado prioridade à atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental

e ao enriquecimento do instrumental pedagógico disponível para esse nível de ensino.

Mesmo após a publicação do PNE, a situação continuou problemática. Sobre o assunto, Nedder (2006) afirma que não houve mudanças significativas nesses últimos seis anos (2000/2006). Sobretudo se considerarmos que há no país aproximadamente 100 mil alunos em cursos de graduação na modalidade a distância. Complementarmente (idem, 2006, p.80):

[...] mesmo que os 100 mil alunos fossem ligados às licenciaturas, ainda existiria um grande déficit de professores sem nível superior e que apesar das potencialidades da educação a distância, essa não pode estar focada apenas na obtenção de uma democratização de acesso ao nível superior, mas também precisa voltar sua atenção para a formação de professores que ainda não possuem formação nesse nível de ensino.

Fruto do avanço das políticas públicas para democratização do ensino superior e para a formação de professores para o ensino básico surge, em 2006, legitimado pelo Decreto n 5.800, de 08 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Conforme o parágrafo único do artigo primeiro os objetivos da UAB são oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; ampliar o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País. A UAB, inicialmente, estava sob a responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância, contudo, atualmente, é controlada pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para Mota, Chaves Filho e Cassino (2006), embora tenha surgido e sido implementado no atual governo (referindo-se ao primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva), o Projeto UAB representa mais que um programa governamental, configurando-se como programa de nação, ao propiciar educação superior para todos, com qualidade e democracia: um desafio permanente para a construção de um projeto nacional sustentável e inclusivo.

Segundo Costa (2009), o projeto UAB surge da confluência de diversos fatores, como a materialização de ambientes e metodologias educacionais inovadoras, baseados nos avanços dos recursos tecnológicos de informação e comunicação, o arcabouço legal voltado para a área de educação a distância e ações de fomento desenvolvidas pelo Ministério da Educação, em esferas educacionais e empresas estatais.

A expressão Sistema Universidade Aberta do Brasil é a denominação representativa genérica para a rede nacional experimental voltada para a pesquisa e para a educação superior formada pelo conjunto de polos municipais de apoio presencial. Não se trata, portanto, da criação de uma nova instituição educacional, mas sim da constituição de consórcios públicos que propiciem o compartilhamento das experiências isoladas, sejam elas marcadas pelo êxito ou então na socialização das dificuldades enfrentadas (COSTA, 2009, p. 23).

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas sim, a articulação das já existentes. Para ofertar cursos a distância, cada município deve montar um polo presencial, com laboratórios de informática, biologia, química e física, além de biblioteca. Essa infraestrutura, que inclui ainda o apoio de tutores, fica à disposição dos alunos. Já a elaboração dos cursos é de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior de todo país que desenvolvem materiais didáticos e pedagógicos. Essa articulação entre os municípios e as instituições de ensino é coordenada pela Diretoria de Educação a Distância da Capes, que também, junto com as instituições de ensino e com base nas demandas, estabelece o número de vagas a serem oferecidas. A parceria entre Governo Federal, as Instituições de Ensino Superior e os Municípios é essencial para que os objetivos do Sistema UAB possam ser atingidos (COSTA, 2009, p.25).

De forma mais técnica, Milone e Angelini (1995) definem índice como medidas estatísticas adimensionais que medem as variações verificadas numa data variável, em termos temporais ou espaciais (ao longo de certo período de tempo ou entre diferentes localidades geográficas). Esse conceito (variação relativa numa data variável de interesse) é usado, por exemplo, nos estudos socioeconômicos para comparação de fenômenos entre tempos, locais ou situações diferentes. Segundo Bollmann, (2001, *apud* PEREIRA; GIMENES, 2009), os índices são valores dados a indicadores definidos como importantes nos processos de interação homem/meio ambiente, homem/economia, economia/meio ambiente.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações do INEP. O IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da

educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica (INEP, 2012).

PROCEDIMENTOS ADOTADOS E FONTES DOS DADOS

Segundo Braule (2001), em linguagem estatística diz-se que existe correlação entre duas variáveis quando elas caminham (quase) sempre no mesmo sentido, ou (quase) sempre em sentidos opostos. No primeiro caso, diz-se que a correlação é positiva: quanto maior for o número de pais desempregados, maior deve ser o número de crianças que abandonam a escola; no segundo caso, diz-se que a correlação é negativa: quanto maior o efetivo policial, menor deve ser a quantidade de delitos.

A intensidade da correlação será mensurada utilizando-se o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson. O coeficiente, representado pela letra r , assumirá um valor entre -1 e 1 (inclusive) entendendo-se como tanto mais perto de zero mais fraca a correlação, e tanto mais perto de -1 ou 1 mais forte correlação.

Os dados trabalhados originam-se de duas fontes: do Sistema Universidade Aberta do Brasil – SisUAB, e os relatórios estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

O SisUAB trata-se de um sistema informatizado que agrupa dados referentes aos cursos vinculados aos programas mantidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelas secretarias do Ministério da Educação, que tem como ferramenta metodológica a Educação a Distância (EAD). Nele podemos encontrar informações mais básicas, desde os cursos que determinada universidade oferta, os polos presenciais associados a elas e os nomes dos atores envolvidos, assim como acompanhar o processo de oferta desde sua autorização até o funcionamento em si. É uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil (CAPES, 2012).

Especificamente, dentro do SisUAB podemos encontrar dados referentes aos cursos vinculados aos seguintes programas: Universidade Aberta do Brasil - UAB, Pró-Licenciatura, Projeto Piloto – Banco do Brasil, Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP, Plano de Ações Articuladas – PAR. Podemos encontrar também informações referentes aos cursos vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi) do Ministério da Educação.

Todos os programas, e conseqüentemente os cursos neles inseridos, têm como objetivo principal a formação inicial e continuada de professores para o ensino básico. Excluem-se dessa proposta: a) o PNAP e o Projeto Piloto – Banco do Brasil, pois ambos, basicamente, têm como finalidade a formação de gestores e administradores públicos; e b) cursos dentro do Sistema Universidade Aberta do Brasil, por exemplo, os bacharelados e tecnólogos. Por não partilharem do objetivo principal, os números referentes a esses programas/cursos não foram utilizados para efeito de cálculo das correlações estatísticas.

Após a extração do relatório do SisUAB, feita em 25 de novembro de 2012, o mesmo foi transferido para uma planilha eletrônica. Dentro da planilha, aplicaram-se filtros com o intuito de obter uma amostra manipulável definitiva. A filtragem buscou obter o número de vagas de cursos com o seguinte perfil: a) os já ativos, ou seja, que estavam em pleno funcionamento; e b) os destinados exclusivamente à formação inicial/continuada de professores.

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: Taxa de Rendimento Escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo INEP. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para IDEB's de escolas e municípios, e do Saeb, no caso dos Ides dos estados e nacional (INEP, 2012). Como o IDEB é levantado bianualmente todos os números utilizados referem-se à coleta de informações realizada pelo INEP entre 2007/2009 e 2009/2011. Após coleta, os dados tabulados foram transferidos para um *software* estatístico, para que o mesmo gerasse as tabelas finais e posteriormente verificasse as correlações estatísticas.

A planilha abaixo expõe os dados analisados, agrupando-os por unidade federação. A coluna “Vagas Totais” não foi utilizada para obtenção dos Coeficientes de *Pearson*:

Tabela 01 – Demonstrativo com os dados a serem correlacionados, por UF.

UF	Vagas Totais	Vagas – Form. de Professores	IDEB séries iniciais 2009	IDEB séries finais 2009	IDEB ensino médio 2009	IDEB séries iniciais 2011	IDEB séries finais 2011	IDEB ensino médio 2011
AC	2.772	968	4,30	4,10	3,50	4,60	4,20	3,40
AI	11.583	4.348	3,70	2,90	3,10	3,80	2,90	2,90
AM	4.632	1.544	3,90	3,50	3,30	4,30	3,80	3,50
AP	4.302	902	3,80	3,60	3,10	4,10	3,70	3,10
BA	31.072	15.667	3,80	3,10	3,30	4,20	3,30	3,20
CE	22.874	12.136	4,40	3,90	3,60	4,90	4,20	3,70
DF	1.220	120	5,60	4,40	3,80	5,70	4,40	3,80

ES	14.561	5.209	5,10	4,10	3,80	5,20	4,20	3,60
GO	13.901	6.210	4,90	4,00	3,40	5,30	4,20	3,80
MA	25.065	9.295	3,90	3,60	3,20	4,10	3,60	3,10
MG	71.603	36.113	5,60	4,30	3,90	5,90	4,60	3,90
MS	13.685	3.295	4,60	4,10	3,80	5,10	4,00	3,80
MT	16.919	3.295	4,90	4,30	3,20	5,10	4,50	3,30
PA	15.260	5.210	3,60	3,40	3,10	4,20	3,70	2,80
PB	15.847	10.217	3,90	3,20	3,40	4,30	3,40	3,30
PE	22.775	10.747	4,10	3,40	3,30	4,30	3,50	3,40
PI	16.985	8.660	4,00	3,80	3,00	4,40	4,00	3,20
PR	51.141	30.586	5,40	4,30	4,20	5,60	4,30	4,00
RJ	59.097	35.404	4,70	3,80	3,30	5,10	4,20	3,70
RN	11.337	7.607	3,90	3,30	3,10	4,10	3,40	3,10
RO	2.435	1.000	4,30	3,50	3,70	4,70	3,70	3,70
RR	4.928	2.354	4,30	3,70	3,40	4,70	3,70	3,60
RS	36.393	17.268	4,90	4,10	3,90	5,10	4,10	3,70
SC	12.255	6.295	5,20	4,50	4,10	5,80	4,90	4,30
SE	15.798	11.368	3,80	3,20	3,20	4,10	3,30	3,20
SP	38.607	18.289	5,50	4,50	3,90	5,60	4,70	4,10
TO	9.895	3.270	4,50	3,90	3,40	4,90	4,10	3,60
Total	546.942	267.377						

Tabela 02 – Dados condensados por região.

Região	Vagas – Form. Professores	% do Total	Média por Estado	IDEB 2011 Médio
Centro-Oeste	12.920	4,83%	3.230	3,68
Nordeste	90.045	33,68%	10.005	3,23
Norte	15.248	5,70%	2.178	3,39
Sudeste	95.015	35,54%	23.754	3,83
Sul	54.149	20,25%	18.050	4,00
Total de Vagas	267.377			

ANÁLISE DOS DADOS DEMOGRÁFICOS E DAS CORRELAÇÕES

Analisando a Tabela 01 verifica-se que o Sistema UAB aloca vagas em todos os Estados, totalizando 267.377. Cabe lembrar que este número representa a quantidade de vagas inseridas em cursos que tem como objetivo formar novos professores, ou aperfeiçoar os já atuantes. Como colocado, estão inseridos no Sistema UAB outros tipos de cursos que não tem como objetivo essencial formar professores, para estes disponibilizou-se, até então, 279.565 vagas, totalizando assim 546.942. Logo, 51,11% das oportunidades foram alocadas em cursos

que não objetivam a formação de professores. Para uma política pública que prioriza a formação de professores seria razoável uma relação inversa, ou seja, que pelo menos, mais da metade das vagas fosse destinadas a esse fim, porém constata-se o contrário.

Observando a Tabela 02 identifica-se outro fato considerável, 55,79% das vagas estão alocadas nas regiões sudeste e sul, onde verificam-se os melhores IDEB's médios. Nas regiões com os menores Índices (principalmente Norte e Nordeste), 74,07% das unidades da federação, estão distribuídas as vagas remanescentes.

A seguir, temos o quadro com os resultados alcançados após ser aplicado o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, representado aqui pela letra *r*.

Quadro 01 – Resultado das Correlações (adaptado de tabela gerada pelo *software*)

		Correlations					
		IDEBSÉRIES INICIAS 2009	IDEBSÉRIES FINAIS 2009	IDEB ENSINO MÉDIO 2009	IDEBSÉRIES INICIAS 2011	IDEBSÉRIES FINAIS 2011	IDEB ENSINO MÉDIO 2011
VAGAS PARA	Pearson Correlation	,389	,194	,328	,382	,256	,330
FORMAÇÃO DE	Sig. (2-tailed)	,045	,333	,095	,049	,197	,093
PROFESSORES	N	27	27	27	27	27	27

Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

- Maior que 0,70 - positivo ou negativo - indica uma forte correlação.
- Entre 0,30 a 0,70 - positivo ou negativo - indica correlação moderada.
- Menor que 0 a 0,30 - positivo ou negativo - indica correlação fraca.

Analisando o quadro logo acima podemos constatar que quatro, das seis correlações possíveis, mostraram-se sem significância estatística ($p > 0,05$), ou seja, resultados não confiáveis, que por prudência devem ser descartados. Excetuam-se duas correlações, Vagas com o IDEB 2009 e 2011 das séries iniciais do ensino fundamental, respectivamente os resultados são os seguintes ($r=389$; $p=0,45$) e ($r=382$; $p=0,49$). Apesar das correlações mostrarem-se fracas podemos inferir que há algum tipo de relação entre a oferta de vagas, destinadas a formação de professores, e o resultado apresentado pelos IDEB's.

As observações colocadas acima devem servir de alerta aos condutores da política pública. Apesar do Sistema UAB, neste ponto focal específico, apresentar eficácia - já que há vagas destinadas a formação de professores disponíveis em todos os estados - a eficiência precisa ser questionada.

O Sistema UAB propõe-se a democratizar o acesso ao ensino superior, contudo a porcentagem majoritária das vagas está concentrada em duas regiões (sete estados) e as restantes estão distribuídas nas demais, e neste último grupo estão as unidades da federação que apresentam os menores IDEB's. O objetivo primordial, segundo os normativos, é a formação de professores, através de cursos de licenciatura e formação continuada, porém, encontramos uma relação de distribuição de vagas desfavorável ao propósito fundamental.

Numa correlação linear positiva as variáveis crescem juntas. As duas correlações que apresentaram significâncias estatísticas mostraram números positivos. Dentro de uma análise inicial, o ideal é que essas correlações fossem fortes e negativas, ou seja, os estados com mais vagas deveriam ser aqueles com menores IDEB's. Adicionalmente os resultados encontrados nas correlações, tendo como base o método utilizado, indicam que os processos definidores da alocação das vagas podem não ser os mais assertivos.

A análise dos dados nos conduz a inferir que as ações oriundas do Sistema UAB direcionadas a democratização do acesso ao ensino superior e de construção duma solução estatal (entre outras) para atuar sobre as questões docentes colocadas no texto podem ter seus potenciais de atuação reduzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, objetivou-se analisar a eficácia/eficiência da política pública, destinada ao desenvolvimento da educação - especificamente a formação de professores para a educação básica e a democratização do ensino superior - aqui representada pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para tanto o Sistema induz a utilização do ensino a distância. Esta modalidade é uma ferramenta interessante já que possibilitaria levar o ensino superior e a formação docente aos lugares mais distantes, longe dos grandes centros urbanos, onde na maior dos casos encontram-se as instituições públicas de ensino superior.

O foco do estudo está no perfil demográfico da alocação de vagas pelos estados brasileiros. Buscou analisar este perfil, e testar a hipótese de que há correlação estatística expressiva entre os números encontrados e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada estado.

A política pública desenhada pelo o Sistema Universidade Aberta do Brasil pode ser considerada eficaz, pois há vagas alocadas em todas as unidades da federação, garantindo um aumento ao acesso a educação superior, e há vagas destinadas exclusivamente a formação de professores. Contudo os resultados encontrados demonstraram que há a necessidade de aparar possíveis arestas que estejam impedindo a obtenção de uma maior eficiência na execução da política.

As correlações realizadas, utilizando-se o Coeficiente de Correlação Linear de *Pearson*, não apresentaram significância estatística, excetuando-se duas, estas se mostraram

moderadas e positivas. Apesar do método não garantir casualidade, a ausência de correlação moderadas/fortes e negativas podem despertar nos gestores da política um “repensar” dos processos que levam a alocação de vagas nos estados.

É prudente colocar que o estudo está longe de ser definitivo. Ao contrário, busca ser um impulso para que outros estudos, que envolvam métodos quantitativos, ocorram. Um trabalho mais denso dedicaria atenção redobrada aos dados que foram analisados, expandindo o número de variáveis, buscando inclusive outras formas de correlação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. P.; COSTA, M. L. F. Políticas públicas para o ensino superior a distância e a legislação educacional vigente. In: **Introdução a educação a distancia**. Maringá: Eduem, pag.11, 2009.
- BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas: UNICAMP, n. 78, Abr/2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 20 de novembro de 2012.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 20 de novembro de 2012.
- _____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 20 de novembro de 2012.
- _____. Decreto nº5.800, de 08 de junho de 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 20 de novembro de 2012.
- BRAULE, R. **Estatística Aplicada com Excel: para cursos de administração e economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CAPES/UAB. <http://www.uab.capes.gov.br> . Acessado em: 20 de novembro de 2012.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 4. ed., 2000.
- COSTA, M. L. F. O sistema universidade aberta do Brasil: democratização e interiorização do ensino superior. In: **Introdução a educação a distancia**. Maringá: Eduem, pag.11, 2009.
- DAGNINO, R. Metodologia de Análise de Políticas Públicas. In: **Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação**. Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2002.

DI GIOVANNI, G. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Campinas: Caderno NEPP-UNICAMP, nº 82, 2009.

GARRIDO, S.; SILVA, J. T. Educação a distância: antigos dilemas, novas alternativas In: BRASIL. Ministério da Educação. **Desafios da Educação a distância na formação de professores**. Brasília, DF: SEED/MEC, 2006.

GOMES, C. A. C. A legislação que trata da EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

INEP. <http://ideb.inep.gov.br/>. Acessado em: 20 de novembro de 2012.

MILONE, G.; ANGELINI, F. **Estatística aplicada**. São Paulo: Atlas, 1995.

MOTA, R.; CHAVES FILHO, H.; CASSIANO, W. S. Universidade Aberta do Brasil: democratização do acesso à educação superior pela rede pública de educação a distância. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Desafios da Educação a distância na formação de professores**. Brasília, DF: SEED/MEC, 2006.

NEDER, M. L. C. Educação a distância e sua contribuição na mudança de paradigmas educacionais na formação de professores. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Desafios da Educação a distância na formação de professores**. Brasília, DF: SEED/MEC, 2006.

PEREIRA, M. T.; GIMENES, M. L. Proposta de metodologia para construção de índice de qualidade educacional urbana. **Simpósio de Pós-Graduação em Engenharia Urbana**. Maringá: Ago. 2009.

PNUD. <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acessado em: 18 de novembro de 2012.

ROSINI, A. M. A educação e o mito do ensino a distância no Brasil. **Revista da ISPV**, n. 29, 2004.

SARAVIA, E. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (orgs). **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.